



**X COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**  
"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## **A POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO INTEGRAL IMPLANTADA EM ALAGOAS, O PALEI**

ELYDA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA

CRISTIANE DE CASTRO LARANJEIRA ROCHA

JEANE CRISTINA RODRIGUES DO NASCIMENTO

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**RESUMO:** Este texto foi elaborado a partir da experiência da implantação do programa Alagoano de Ensino integral em algumas escolas da rede estadual de Alagoas, tendo como foco a historização do Ensino Médio, última etapa da educação básica, suas particularidades e caminhos percorridos ao longo do processo histórico. Caracterizou-se ainda a educação integral em suas peculiaridades, desde o próprio conceito até a definição por parte de alguns autores e a introdução desse novo modelo educacional no nosso país. Evidenciou-se a preocupação com a inserção dos jovens no contexto escolar, bem como sua permanência até a conclusão da vida escolar e sua adequação no mercado de trabalho e na vida acadêmica pautado em uma educação voltada para atender a sua integralidade enquanto ser humano. **PALAVRAS-CHAVE:** Educação – Integral – Programa – pALei **ABSTRACT** This text was drawn from the experience of implementation of the comprehensive education Alagoano program in some schools of the state of Alagoas, focusing on the historicizing of high school, the last stage of basic education, its peculiarities and paths taken through the historical process. It also featured a comprehensive education in its peculiarities, from the concept to the definition of some authors and the introduction of this new educational model in our country. It showed the concern with the integration of young people in schools, and remain until the completion of school life and their suitability in the labor market and in academic life guided by an education to meet its entirety as a human being. **KEYWORDS:** Education - Integral - Program - pALei

**INTRODUÇÃO** O Ensino Médio é considerado, legalmente, a última etapa da educação básica,

situada entre a educação elementar e o ensino superior. Quando se trata da realidade brasileira, tem sido considerado por alguns estudiosos como o mais problematizado na história da educação, pois manifesta “o nó da relação social implícita no ensino escolar nacional” (CURY,1991). Um dos fatores preponderantes para o mesmo ser considerado e percebido como um objeto de estudo complexo, e ao mesmo tempo problemático, deve-se a sua forma organizacional e atribuições que contribuíram de forma significativa no contexto de desigualdades sociais. Diante do exposto é de extrema valia um passeio cronológico em períodos da nossa história que nos fundamentem teoricamente acerca das afirmações já citadas e consiga apresentar explicações que se permita compreender a configuração da etapa aqui tratada. No período que se estende de 1822 até 1888, também denominado Império, tem-se o Ato Adicional de 1834 que responsabilizava as províncias o direito de promover e regulamentar o ensino médio em suas jurisdições. Referente a esse comando, Craveiro Costa descreve o pensamento de um político alagoano[1] a partir da obra “Opinião do Sr. Dr. Cansação de Sinimbu acerca da instrução primária e secundária”, de 1842, onde o mesmo entendia que o governo central não devia deixar a cargo das províncias paupérrimas a solução dos problemas educativos das massas populares. E este foi o grande problema, províncias paupérrimas, trazendo como consequência, a partir de 1870 a centralização dos estudos secundários entregues quase que exclusivamente à iniciativa dos particulares. Durante a Primeira República (1889 até 1929) a Constituição Republicana de 1891 dá continuidade à participação da iniciativa privada no domínio da educação. Os anos de 1930 são marcados com o início da Era Vargas e a reforma do ensino secundário regulada pelo decreto de 18 de abril de 1931, sob o comando do então Ministro da Educação Francisco Campos que participou do movimento da Escola Nova[2] e que afirmava ser o ensino secundário o mais importante ramo do sistema educacional com a preocupação na formação humana integral:

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tornar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras (apud ROMANELLI, 1978, p. 135). Uma das dificuldades que a reforma de ensino secundário enfrentou no período descrito foi à expansão do setor privado, intensificado ainda mais na década de 1940. Os anos de 1950 são marcados por uma verdadeira revolução no Ensino Médio brasileiro, a partir de então passou a existir a possibilidade dos alunos de cursos profissionais efetivarem sua transferência para o curso

secundário. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece a total equivalência dos cursos técnicos do secundário para efeito de ingresso em cursos superiores. O período ditatorial (1964-1985) em termos educacionais foi dominado pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular, pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis e uma confusa legislação educacional (GHIRALDELLI, 2015). Quando entramos no período da redemocratização até a atualidade, iremos nos deparar com algumas transformações sociais advindas da nova Constituição (1988) e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que determinou o Ensino Médio com função normativa, etapa da conclusão da educação básica que passou a ser “a categoria abrangente que envolve educação infantil, o ensino fundamental [ex. 1º grau], o Ensino Médio [ex. 2º grau] e a educação de jovens e adultos” (CURY, 1991). Como resultado de todas essas mudanças tem-se o projeto coletivo destinado a redefinir os objetivos e as atribuições do Ensino Médio com a formação humana integral a qual se propõe a superar a dualidade presente na organização sistemática entre os conceitos de “cultura e trabalho”, proporcionando aos alunos uma educação integrada, onde os mesmos adquirirão poder de compreensão da vida social, “da evolução técnico-científica, da história e da dinâmica do trabalho” (CURY, 1991). Partindo desse pressuposto é que escolas da rede municipal e estadual passam a ter um olhar voltado para o redesenho curricular e, atrelado a novas políticas públicas ofertadas pelo Ministério da Educação (MEC), implantam em determinadas instituições escolares o ensino em tempo integral objetivando uma educação humana integral, o que já está preconizado na Constituição Federal e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

#### 1. Conceito e contexto histórico da Educação Integral no Brasil

A Educação Integral é caracterizada pela formação humana do indivíduo na sua totalidade, abrangendo as dimensões sociais, emocionais, simbólica, física e intelectual já determinada no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 afirma que a educação é um direito capaz de conduzir

ao pleno desenvolvimento da pessoa. Mesmo havendo um esforço para a implantação da Educação Integral no Brasil, este ainda é considerado um dos países mais atrasados no mundo quando este é o assunto em pauta. Historicamente já aconteceram algumas tentativas significativas para implantar tal modelo no país. É imprescindível conhecer e analisar alguns desses momentos. As discussões acerca da temática tiveram início na década de 1930, a partir dos estudos de Plínio Salgado[3], líder do movimento da Ação Integralista Brasileira, onde o mesmo apresentou ao país a ideia e a necessidade de uma educação com bases na espiritualidade, no nacionalismo, no civismo e na disciplina. Ainda na década de 1930 surge a figura de destaque de outro renomado educador, Anísio Teixeira, o qual passa a difundir o movimento escola novista. O mesmo reformou o sistema educacional da Bahia e do Rio de Janeiro, e afirmava que:

[...] do direito de cada indivíduo à sua Educação Integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais. A educação que é uma das funções de que a família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do comunismo familiar e dos grupos específicos (instituições privadas), para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado (TEIXEIRA in PEGORER, 2014, p.26). A partir de 1950, Anísio Teixeira coloca em prática o seu modelo de ensino no Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola Parque)[4], situado no populoso bairro da Liberdade na cidade de Salvador. Esta seria a primeira proposta revolucionária da educação profissionalizante em tempo integral. Em 1960, o então presidente Juscelino Kubistchek[5] convoca Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro[6] e Cyro dos Anjos para criar o então “Plano Humano” em Brasília, o qual serviria como modelo educacional para todo o Brasil. Surge a partir de então um modelo mais evoluído de Educação Integral. É de suma importância ressaltar, que a proposta teve como referência o que havia sido criado na capital baiana. Para tanto, foram construídas a Escola Parque e Jardins de Infância, todas projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. As mesmas tinham capacidade para atender cerca de 30 mil habitantes residentes nas quatro superquadras, o horário escolar se estendia por oito horas divididas entre as atividades de estudo e as de trabalho, de arte e de convivência social. O Rio de Janeiro entra em cena na década de 1980

no governo de Leonel Brizola, a partir também da experiência de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Arquitetado por Oscar Niemeyer surgem os Centros de Integração Pública, os CIEPs. Foram construídos cerca de 500 prédios escolares para abrigar a escola integral em horário integral. Darcy Ribeiro fez uma importante declaração acerca dos CIEPs e desse novo modelo educacional:

[...] Demonstramos exaustivamente que toda a infância brasileira é capaz de ingressar no mundo das letras para se formar como um trabalhador prestante, um cidadão lúcido, se lhes horem dadas algumas ajudas fundamentais: PRIMEIRO que tudo, uma educação de dia completo. SEGUNDO uma escola suficientemente ampla para que passem o dia estudando, fazendo exercícios físicos e brincando. TERCEIRO uma dieta alimentar balanceada, banho diário, assistência médica e dentária, além de uma hora de estudo dirigido. (Ribeiro, 1994)

A década de 1990 é marcada pelos governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco os quais implantaram o Projeto “Minha gente” cujo objetivo era desenvolver ações integradas de educação, saúde, assistência, promoção social e dinamizar as políticas sociais básicas de atendimento à criança e ao adolescente. Essa é a época dos CAICs (Centro de Atendimento Integral à Criança), porém o projeto não obteve êxito e devido à queda do governo e o processo de impeachment, as propostas não foram atendidas. Iniciamos o século XX com a criação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), instituído por Decreto Municipal na cidade de São Paulo, os quais se preocupavam em articular os atendimentos de creche, educação infantil e fundamental, o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e culturais, em um mesmo espaço físico, com a perspectiva de que os centros se constituíssem em experiências de convivência. Em 2007 é criado o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/2010, o qual determinava a ampliação na jornada escolar com o desenvolvimento de atividades diversas, porém só contemplava até o ensino fundamental II. Para atender a realidade e necessidades do ensino médio, instituiu-se em 2009 a Portaria nº 971, de 9 de outubro,

o Programa Ensino Médio Inovador o qual propunha o redesenho curricular dessa etapa de ensino, encaixando aí a proposta de integralidade. No decorrer do percurso, outros estados foram aderindo e implantando modelos cabíveis a cada realidade. No nordeste, vem ganhando espaço as experiências dos estados de Pernambuco e Ceará. Alagoas começa a compactuar desse cenário a partir do lançamento do Programa Alagoano de Ensino integral, o pALei, publicado no Diário Oficial do dia 22 de abril de 2015 com o Decreto nº 40.207. Atualmente o estado alagoano conta com catorze escolas de ensino integral[7] e três escolas de referência[8], porém a proposta é de ampliação crescente em quantitativo de instituições e excelência no processo de ensino aprendizagem, tornando assim a escola em um espaço agradável de nela se estar, gerando assim o desejo natural nos nossos jovens de permanência, com o conseqüente sucesso pessoal e profissional.

2-O Programa Alagoano de Ensino Integral – Suas nuances

O Programa Alagoano de Ensino Integral, conhecido internamente como pALei, foi instituído pelo então governador José Renan Vasconcelos Calheiros Filho em 27 de abril de 2015 no Diário Oficial, através do Decreto nº 40.207, de 20 de abril de 2015. Surge a partir das necessidades específicas das instituições de ensino médio da rede estadual alagoana e do desejo da equipe gestora[9] de redesenhar o currículo de uma das etapas de ensino que até então não havia tido um olhar que contemplassem a realidade, os sonhos e o futuro dos jovens inseridos no contexto escolar. Visando beneficiar os anseios aqui expostos é que se tem como objetivo geral ampliar as oportunidades de conclusão da educação básica, de profissionalização e o acesso ao ensino superior a alunos de ensino médio mediante a permanência na escola de ensino integral. Além do objetivo mencionado, ressaltaremos ainda as especificidades que o programa abraça:

- Elevar a qualidade de ensino através da implementação de um currículo diferenciado, que de acordo com Arroyo:

O foco mais importante é no currículo. Por quê?

Na construção espacial do sistema escolar, o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola. Por causa disso,

é o território mais cercado, mais normatizado. Mas também o mais politizado, inovado, ressignificado. (ARROYO, 2013, p.13)

- Formar integralmente indivíduos autônomos, solidários e competentes.
- Preparar o jovem para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho e a vida acadêmica. Esse é um grande desafio, pois o maior campo simbólico que os jovens possuem para se fazerem sujeitos a partir de escolhas não determinadas pelos adultos e pelas instituições é fonte de muita tensão nos ambientes familiares e escolares (CARRANO, 2007).
- Intensificar as oportunidades de socialização na instituição, tão bem defendida por Dayrell:

A sociedade é uma dimensão central na vida juvenil que a escola não pode esquecer. Nas interações com os amigos, os jovens “trocamos ideias”, produzimos valores, hierarquizamos relações e recriamos os tempos e os espaços escolares. Nessas interações, os jovens elegem os “amigos do peito”, circulam entre turmas e “galeras”, sem um tempo predefinido, no lazer ou no uso do tempo livre. Na escola, ela está presente também nas brechas da rotina escolar em que os jovens criam e recriam os tempos e espaços expressando aspectos das culturas juvenis (DAYRELL, 2007).

- Proporcionar ao estudante, alternativas de ação nos campos social, cultural e esportivo.
- Incentivar a participação da comunidade por meio de engajamento no processo educacional para além das unidades de ensino.

Um dos pontos fortes estabelecidos e defendidos pelo pALei é o protagonismo juvenil[10], pois o que se percebe na atualidade é que a educação de nossos jovens e a sua relação com a escola tem sido alvo de inúmeros questionamentos os quais tem caminhado para apresentar de forma drástica o fracasso da escola, com seus atores que são professores e alunos e suas respectivas famílias as quais procuram um culpado, e ao mesmo tempo culpam-se mutuamente. Dayrell conclui que:

Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescenta à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe (DAYRELL, 2007). É dentro desse contexto e realidade social educacional que inquieta, educadores, jovens e famílias, que surge o

programa Alagoano de Ensino integral, objetivando de forma ampla o combate a essa visão apocalíptica do espaço escolar, e acima de tudo a preocupação e o zelo com os jovens inseridos nesse cenário.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** Diante do exposto, de todo o passeio cronológico do Ensino Médio, as discussões acerca dessa última etapa de ensino da educação básica e as suas particularidades, resta questionar quais os desafios a serem superados daqui por diante, tendo em vista que abriu - se o olhar e um novo leque de oportunidades para a juventude. É perceptível, além do que já se tem implantado, e diante do contexto, que avançamos em tempos de retrocesso, porém ainda existe a necessidade emergencial de demais políticas públicas democráticas que enfrentem os anseios conjunturais e emergentes dessa categoria aqui discutida, e que principalmente atendam a particularidades e ao mesmo tempo a diversidade das demandas juvenis, contando ainda que sejam capazes de realizar mudanças estruturais que promovam a superação dessa estrutura social atual a qual tem gerado uma desigualdade assustadora. Inserir jovens no âmbito escolar lutando pela sua permanência e conclusão, pois a escola, com seu currículo redesenhado passaria a atender as novas demandas e os sonhos destes, e seria assim o ambiente adequado e desejável para a futura realização pessoal e profissional, ou seja, a educação integral na sua praticidade. Muitos são os desafios a serem vencidos, e para cada parcela dos envolvidos a sua contribuição a ser valorizada. Aos gestores que detém parte do poder, a continuidade na implantação dessas políticas públicas que introduzem mudanças significativas, além da ampliação desse olhar totalmente voltado para o hoje, vislumbrando o amanhã; aos educadores o abraçar da causa e a introdução de práticas pedagógicas que permitam que essa escola seja o lugar ideal para a realização de sonhos, e que além de tudo seja um lugar prazeroso de estar, tirando muitas vezes esse público da situação de vulnerabilidade enfrentado nas cidades; as famílias o apoio, incentivo, acompanhamento e uma sólida parceria entre os envolvidos no processo e aos nossos jovens, principais atores, o acreditar, o continuar a sonhar e a persistência na luta para a concretização desses sonhos.

[1] João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, nascido no município alagoano de São Miguel dos Campos, presidiu a Província de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul e Bahia. Ocupou ainda, no século XIX, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

[2] Escola Nova também denominada Escola Ativa ou Escola Progressiva, foi um movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX, e ganhou força na primeira metade do século XX. No Brasil contamos com representantes do movimento, dentre eles podem ser citados Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

[3] Político, escritor, jornalista e teólogo brasileiro que fundou e liderou a Aliança Integralista Brasileira, partido de extrema direita, inspirado nos princípios do movimento fascista italiano.

[4] Inaugurado em 21 de setembro de 1950, o Centro revolucionou as propostas educacionais no país. Dentre os cursos ofertados estavam corte e costura, marcenaria, trabalho sobre couro e artes.

[5] Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito presidente do Brasil nas eleições de 1956 e ficou no poder até 31 de janeiro de 1961. Seu Plano de Metas contava com o slogan "cinquenta anos em cinco", pretendendo desenvolver o Brasil cinquenta anos em apenas cinco de governo.

[6] Escritor, antropólogo e político brasileiro, se tornou conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país.

[7] Escolas de Ensino Integral Integrado à educação profissional. Objetiva a formação cidadã, preparação acadêmica e ingresso imediato ao mundo do trabalho.

[8] Escolas de Ensino Médio Integral com formação cidadã e preparação acadêmica.

[9] José Luciano Barbosa da Silva, Engenheiro Civil com Mestrado em Economia pela Universidade Columbia, nos Estados Unidos, foi prefeito do município alagoano de Arapiraca, o segundo maior do estado. Atualmente ocupa a pasta de Secretário de Estado da Educação. Laura Cristiane de Souza, licenciada em Química pela Universidade Federal de Alagoas, Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Química e Biotecnologia da mesma universidade. Ocupa a pasta de Secretária Executiva de Educação.

[10] Parte do princípio que as categorias adolescentes e jovens possui capacidade política igualitária a um cidadão. Trata ainda da força transformadora desses seres, da criação de espaços para o diálogo franco entre jovens e adultos e da promoção de oportunidades para a expressão criativa e responsável do seu potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 BRANDÃO, Carlos d Fonseca. LDB passo a passo – 3. ed. atual – São Paulo: Editora Avercamp, 2007. CARRANO, P. Juventudes: as identidades são múltiplas. Revista Movimento, Faculdade de Educação da UFF, n.1, p. 11-27, 2000. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 COSTA, Craveiro. O Visconde de Sinimbu – Sua vida e sua atuação na política nacional ( 1840 – 1889), Brasileira, vol. 79, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. CURY, C. R.J. Alguns apontamentos em torno da expansão e qualidade do ensino médio no Brasil. Ensino Médio como Educação Básica. In: MEC/SENEB/PNDD: Ensino Médio como educação básica. Cadernos Seneb n.4. São Paulo: Cortez; Brasília: Seneb, 1991. DAYRELL, Juarez. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1105 – 1128. Out. 2007 Decreto nº 40.207, de 20 de abril de 2015. Disponível em <http://www.doeal.com.br>

doeal.com

.br

GHIRALDELLI Júnior, Paulo. História da educação brasileira – 5 ed. São Paulo: Cortez, p. 146-147 , 2015. PEGORER, Valter. Educação integral, um sonho possível e de realização necessária – 1. Ed – São Paulo: Textonovo, 2014. ROMANELLI, O. História da educação no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1978.

[1] João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, nascido no município alagoano de São Miguel dos Campos, presidiu a Província de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul e Bahia. Ocupou ainda, no século XIX, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. [2] Escola Nova também denominada Escola Ativa ou Escola Progressiva, foi um movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX, e ganhou força na primeira metade do século XX. No Brasil contamos com representantes do movimento, dentre eles podem ser citados Lourenço Filho e Anísio Teixeira. [3] Político, escritor, jornalista e teólogo brasileiro que fundou e liderou a Aliança Integralista Brasileira, partido de extrema direita, inspirado nos princípios do movimento fascista italiano. [4] Inaugurado em 21 de setembro de 1950, o Centro revolucionou as propostas educacionais no país. Dentre os cursos ofertados estavam corte e costura, marcenaria, trabalho sobre couro e artes. [5] Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito presidente do Brasil nas eleições de 1956 e ficou no poder até 31 de janeiro de 1961. Seu Plano de Metas contava com o slogan “cinquenta anos em cinco”, pretendendo desenvolver o Brasil cinquenta anos em apenas cinco de governo. [6] Escritor, antropólogo e político brasileiro, se tornou conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país. [7] Escolas de Ensino Integral Integrado à educação profissional. Objetiva a formação cidadã, preparação acadêmica e ingresso imediato ao mundo do trabalho. [8] Escolas de Ensino Médio Integral com formação cidadã e preparação acadêmica. [9] José Luciano Barbosa da Silva, Engenheiro Civil com Mestrado em Economia pela Universidade Columbia, nos Estados Unidos, foi prefeito do município alagoano de Arapiraca, o segundo maior do estado. Atualmente ocupa a pasta de Secretário de Estado da Educação. Laura Cristiane de Souza, licenciada em Química pela Universidade Federal de Alagoas, Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Química e Biotecnologia da mesma universidade. Ocupa a pasta de Secretária

Executiva de Educação. [10] Parte do princípio que as categorias adolescentes e jovens possui capacidade política igualitária a um cidadão. Trata ainda da força transformadora desses seres, da criação de espaços para o diálogo franco entre jovens e adultos e da promoção de oportunidades para a expressão criativa e responsável do seu potencial.

\* Graduada em História e pós-graduada em Gestão Educacional. Atualmente exercendo a função de técnica na Unidade de Apoio Pedagógico da Segunda Gerência Regional de Educação do Estado de Alagoas. E-mail: [elydaedavi@hotmail.com](mailto:elydaedavi@hotmail.com)

\*\* Mestre em Química Orgânica e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduada em Química pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atua na chefia do Núcleo de Rede da Segunda Gerência Regional de Educação (2ª GERE). Professor de Ciências do Ensino Fundamental II na Escola Conceição Lyra. E-mail: [cclrocha@hotmail.com](mailto:cclrocha@hotmail.com)

\*\*\* Graduada em Letras e pós-graduada em Língua Portuguesa e Literatura e em Gestão Educacional. Professora de Língua Portuguesa. Atualmente exerce a função de técnica na Unidade de Apoio Pedagógico da Segunda Gerência Regional de Educação do Estado de Alagoas. E-mail: [jeanecristinar@hotmail.com](mailto:jeanecristinar@hotmail.com)

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: